

CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Simpósio

“O Papel e Inserção do Terceiro Setor no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação”

Irma R. Passoni
20.09.2001

Terminada a última guerra mundial foi encontrada, num campo de concentração nazista, a seguinte mensagem dirigida aos professores:

***"Prezado Professor,
Sou sobrevivente de um campo de concentração.
Meus olhos viram o que nenhum homem deveria ver.
Câmaras de gás construídas por engenheiros formados.
Crianças envenenadas por médicos diplomados.
Recém-nascidos mortos por enfermeiras treinadas.
Mulheres e bebês fuzilados e queimados por graduados de colégios e universidades.
Assim, tenho minhas suspeitas sobre a Educação.
Meu pedido é: ajude seus alunos a tornarem-se humanos.
Seus esforços nunca deverão produzir monstros treinados ou psicopatas hábeis.
Ler, escrever e aritmética só são importantes
Para fazer nossas crianças mais humanas".***

A magnitude dos atentados que assistimos nestes últimos dias foi possível acompanhar graças ao uso de tecnologia da informação massificada. O estágio do desenvolvimento da tecnologia de Informação permitiu a humanidade acompanhar atônita, ao vivo, em tempo real, os acontecimentos da terça-feira, 11 de abril de 2001.

Esta mesa cujo título é “O Papel e Inserção do Terceiro Setor no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação” trata da geração e do

uso da Ciência, Tecnologia e Inovação a serviço da vida, em busca de alianças, justiça e solidariedade entre as pessoas e instituições. “É chegada a hora de baixar as armas, desarmar os espíritos e buscar uma aliança justa e solidária entre os povos. A dignidade humana deve estar acima de todos os interesses”.

As grandes estratégias da Ciência e Tecnologia devem estar direcionadas a construir um sistema de inteligência e de defesa humana, não permitindo uma escalada generalizada da violência sobre o planeta.

Inteligência, Saber, Conhecimento, Tecnologia para a melhoria da vida, aumentando o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice do Desenvolvimento Tecnológico (IDT). Promover a Ciência, Tecnologia e Inovação para a construção do controle democrático da “**ordem pública**”, garantindo a construção de um sistema consistente de defesa dos brasileiros em todos os aspectos.

Novos paradigmas éticos para a Proteção Social e Defesa dos Direitos

No final do último milênio aconteceram grandes transformações. Podemos verificar este processo em três grandes eixos:

1) Avanço das declarações do “processo civilizatório” (cenário internacional) em relação à consciência dos direitos humanos:

- **Direitos de Primeira Geração – individuais**
- *Políticos e civis: direito à liberdade*
- **Direitos de Segunda Geração – coletivos**
- *Econômicos e Sociais: direitos a igualdade material*
- **Direitos de Terceira Geração – éticos**
- *Direito das minorias, do consumidor, à informação: direitos de solidariedade e fraternidade*

Podemos verificar este avanço em uma série de eventos mundiais. Citando somente alguns tais como a Conferência de Estocolmo - 1972 (lançou internacionalmente a agenda da ecologia), o Ano Internacional da Mulher –

1975 (despertou para novas formas de discriminação), a Convenção dos Direitos da Criança, Nova York - 1989 (consenso em torno da doutrina de proteção integral), Conferência Mundial sobre Educação para Todos, Viena - 1990 (só haverá educação para todos se todos estiverem pela educação), a Conferência Ecológica, Rio - 1992 (introduziu o conceito de Desenvolvimento Sustentado), Congresso Mundial dos Direitos humanos, Viena - 1993 (pessoa humana sujeito de direitos na ordem internacional), Conferência sobre População e Desenvolvimento, Cairo - 1994 (nenhum governo pode interferir no corpo das pessoas sem seu expresso consentimento), Habitat II, Istambul (melhorias habitacionais nos centros urbanos: direitos ao assentamento, a moradia digna, a mulher como chefe de família) e mais recentemente a Conferência Mundial sobre o Racismo, África do Sul - 2001. Devemos dar especial atenção para a **Declaração sobre o Uso do Progresso Científico e Tecnológico no Interesse da Paz e em Benefício da Humanidade, proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de novembro de 1975 (Resolução n.º 3384)**. Reconhece "que o progresso científico e tecnológico possui grande importância no desenvolvimento social e econômico dos países em desenvolvimento" e reafirma "o direito dos povos à livre determinação e à necessidade de respeitar os direitos humanos e as liberdades humanas e a dignidade da pessoa humana em condições de progresso científico e tecnológico". Esta Declaração proclama (nº 6) que "todos os Estados adotarão as medidas necessárias, inclusive de ordem legislativa, a fim de seja assegurada que a utilização dos avanços da ciência e da tecnologia contribuam para a mais plena realização possível dos direitos humanos e das liberdades fundamentais sem discriminação alguma por motivos de raça, sexo, idioma ou crenças religiosas". Hoje, 2001, a sociedade vive um novo impasse. Qual a Conferência necessária?

2) Avanço na construção do modelo democrático brasileiro (cenário nacional) que se reflete em um novo modelo da política social:

O processo de construção de um Estado Democrático no Brasil teve sua formalização legal com a:

- **Constituição Federal - 1988**
 - **Define o conceito de cidadania:** *projeto de país*
 - **Cria a base legal e o arcabouço filosófico para a transformação das políticas sociais:** *estabelece como princípio básico a estratégia de ampliar a participação da sociedade na esfera pública. Pela primeira vez a lei reconhece que a **tarefa pública é dever do Estado e da Sociedade**, introduzindo o conceito que a ação pública deve ser realizada com transparência, eficácia e eficiência.*

Podemos verificar este avanço no Estatuto da Criança e Adolescente – 1990 – que rompe com a doutrina da Situação Irregular e implanta a doutrina de Proteção Integral, na Lei Orgânica da Assistência Social – 1993 - (que torna a Assistência Social uma política pública e dever do Estado e garante os direitos sociais básicos), na Lei 9790 de 1999 das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – que trata da qualificação das Organizações da Sociedade Civil, no Estatuto das Cidades, Lei 10.257 de 2001 - que estabelece diretrizes gerais da política urbana.

Como fruto deste processo de construção de um novo paradigma de modelo democrático no Brasil, constatamos também que as recentes leis dão espaço para a participação da sociedade civil com a criação de vários conselhos municipais para definir as diretrizes públicas (criança, saúde, educação...)

3) Avanço da Sociedade Civil Organizada na sua relação com a comunidade.

O processo de construção da democracia no Brasil possibilitou a emergência de grupos organizados (ONGs, Associações, Terceiro Setor, Fundações...) que buscam, por um lado influenciar e democratizar políticas públicas governamentais para que essas supram da maneira mais extensa possível às necessidades da sociedade e de condições de vida iguais e justas para todos e, por outro, movimentar a sociedade em que estão inseridas, utilizando-se de suas relações de solidariedade, na busca dessa democratização e influência política.

A trajetória histórica da Sociedade Civil Organizada na sua relação com o Estado, no que se refere, principalmente, ao enfrentamento dos problemas sociais:

- **República Velha** - monopólio das Igrejas na área social
- **República Nova** - Estado corporativo reivindica seu lugar na definição das políticas públicas
- **República Militar** - O Estado assume com exclusividade a execução das políticas públicas.
- **Nova República** - Estado e sociedade buscando redimensionar o seu papel nas políticas sociais.

Este processo de emergência e legitimação das organizações sociais é fruto do seu empenho na:

- Inserção competitiva das populações excluídas - *desenvolvimento econômico*.
- Erradicação das desigualdades intoleráveis – *desenvolvimento social*
- Aumento dos níveis de Direitos humanos – *desenvolvimento político*.

- Inserção do Índice do Desenvolvimento Humano e do Índice de desenvolvimento Tecnológico – *desenvolvimento humano*.

Constatamos que estas Instituições dão um salto qualitativo muito importante, mudando o seu modo de agir. Incorporam valores como a transparência, a eficácia e a eficiência, e qualificam seus quadros institucionais e dirigentes, tornado necessário o repensar e atualizar a sua missão e seus valores.

Terceiro Setor, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Encontramos no *Livro Verde*, elaborado como preparação desta Conferência a seguinte colocação: "A superação do quadro de pobreza e exclusão social requer ações em diversos campos. O Desenvolvimento Local integrado e sustentável constitui tema da agenda de agências internacionais, nacionais e sociedade civil organizada. As formas de promoção e desenvolvimento local, como redes de produção, iniciativas de economia solidária, cooperativas e outras, definem-se pela formulação de projetos estratégicos que articulem empreendedorismo e projetos sociais".

Esta mesa "O Papel e Inserção do Terceiro Setor no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação" incluída nesta Conferência Nacional coloca para o Terceiro Setor o grande desafio e responsabilidade de sua efetiva participação na elaboração de uma agenda política nacional voltada para a elaboração de projetos estratégicos, onde o conhecimento seja sua mola propulsora.

Outra colocação que encontramos no Livro Verde: "Reduzir a pobreza, assegurar alimentos, produzir energia sem degradação ambiental, propiciar saneamento básico e água de qualidade e desenvolver ambientes urbanos e rurais saudáveis são alguns dos principais desafios de desenvolvimento. Para enfrentá-los, cabe ampliar a capacidade de trabalho interdisciplinar no Ensino e Pesquisa" (pág.85). A pesquisa que estamos realizando nos mostra que o conhecimento e técnicas que muitas instituições do Terceiro Setor estão elaborando respondem a estes desafios.

Estes conhecimentos e técnicas, produzidos por instituições presentes em todas as regiões do país, são resultados de pesquisas e práticas, tanto no setor urbano quanto no setor rural, e tem proporcionado alternativas inovadoras para o desenvolvimento e bem-estar das pessoas em suas próprias comunidades, e reforçam, em todos aqueles que participam deste processo, uma "consciência solidária".

Outro desafio posto para as instituições que fazem parte do Terceiro Setor é aprimorar a produção de conhecimentos centrados na pessoa e para a

pessoa, pois como reconhece João Paulo II na sua Encíclica *Centesimus Annus, 1991*: "Se antes a terra, depois o capital, eram fatores decisivos da produção... hoje o fator decisivo é, cada vez mais, o homem em si, ou seja, seu conhecimento".

MCT, Terceiro Setor e CT&I

O Projeto da Conferência Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação tem como objetivo fortalecer parcerias com os diversos setores da sociedade, a fim de viabilizar um projeto nacional de longo prazo e inserir a Ciência, Tecnologia e Inovação no desenvolvimento humano, político, social, econômico e cultural do País. Tem como finalidade incorporar a temática da Ciência Tecnologia e Inovação à agenda da sociedade brasileira, propiciando as condições para sua participação na Sociedade do Conhecimento e mobilizar seus diferentes segmentos para colaborar no fortalecimento desta estratégia.

A inserção do Terceiro Setor neste processo, sem dúvida ajudará a diminuir o distanciamento entre a academia, a empresa, sociedade civil organizada e os poderes constituídos. Neste sentido, a articulação do MCT com as ONG's, Associações, Fundações, organizações de base comunitária pode ser a base de um excelente canal de articulação entre os diversos "espaços de produção de conhecimento", criando assim um sistema de alianças e parcerias com comunidades, organizações da sociedade civil, universidades, centros de pesquisas, sindicatos, empresas, meios de comunicação, enfim, alavancar o conjunto do novo universo construído em torno da chamada organização do conhecimento. A produção do conhecimento a serviço do desenvolvimento social e do enriquecimento cultural reforça o desenvolvimento dos espaços participativos locais.

A democratização da informação no Brasil sintetiza os desafios do mundo desenvolvido e subdesenvolvido: como garantir o maior acesso possível à informação e aos meios para adquiri-la, entendendo-o como direito social básico numa sociedade diferenciada, fragmentada e desigual. As Nações Unidas com proposta da União Internacional das Telecomunicações criou, em 1996, um projeto para viabilizar o acesso universal aos serviços básicos de comunicação e informação, pois para que as pessoas possam usufruir os direitos humanos universais é necessário que tenham este acesso a estes serviços.

Neste sentido, é fundamental o aproveitamento das novas tecnologias para garantir a implementação de uma rede interativa, onde o conhecimento e tecnologia produzidos pela Sociedade Civil Organizada estejam à disposição de todos. Assim, se garante o acesso à informação de qualidade para todas as pessoas e instituições. Estas, por sua vez, poderão aplicar e aprimorar o

conhecimento adquirido retornando-o à comunidade da informação.

Um processo que sem dúvida, será uma contribuição muito importante para tornar vivos os 5 grandes temas desta Conferência: No Caminho do Futuro, Qualidade de Vida, Desenvolvimento Econômico, Desafios Institucionais e Desafios Estratégicos.

O MCT, através da Conferência Nacional Ciência Tecnologia e Inovação, respeita à autonomia de todos atores envolvidos neste processo e como órgão incentivador na elaboração das grandes diretrizes e estratégias de inovação e inteligência, nos convida como sociedade civil organizada, a sermos também parte deste esforço cultural permanente.

A pesquisa que estamos realizando: "Identificação e Caracterização das Instituições da Sociedade Civil Organizada no Processo de C T & I", mesmo que ainda não finalizada já nos dá um quadro onde podemos identificar os seguintes desafios:

- Quem somos? Quantos somos? O que fazemos?. Como nos definimos?
- Quem já agrega valor de Ciência, Tecnologia e Inovação nos seus programas de atuação e tem clareza disto? Quem já o faz, mas ainda não se reconhece como parte deste processo? Quem já o faz, mas não recebe o devido reconhecimento?
- O que é Ciência, Tecnologia e Inovação para a Sociedade Civil Organizada? (*Ongs, Associações, Terceiro Setor...)

Constatamos que é imperativo superar o distanciamento entre o MCT e as Instituições da Sociedade Civil Organizada que já procuram agregar CT&I nos seus programas de ação. Faz-se necessário definir uma agenda para garantir a continuidade do processo no âmbito do Terceiro Setor e CT&I iniciado a partir desta Conferência. Para tanto, seria necessário também, criar um Fundo de Apoio a melhoria do funcionamento das Instituições da Sociedade Civil organizada que incorpora a Ciência, Tecnologia e Informação nos seus programas de atuação.

Textos Consultados:

- "Livro Verde – Ciência, Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira" – Academia Brasileira de Ciências, 2001
- "Terceiro Setor, Fator de confluência na ação social do ano 2000" – Alceu Terra Nascimento, www.fonte.org.br, Artigos.
- "Histórico do Terceiro Setor no Brasil" - Léo Voigt – Conferência Projeto DIES, São Paulo, mimeografado.
- "Declaração sobre o Uso do Progresso Científico e Tecnológico no Interesse da Paz e em Benefício da Humanidade", ONU, www.direitoshumanos.usp.br/documentos
- "Caderno IIISis – Tecnologia para a Vida", 2000